

Oswaldo Pereira
ADVOGADO
OAB-SP nº 8.705

Oswaldo José Pereira
ADVOGADO
OAB-SP nº 90.289

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DA
PLATINA - ESTADO DO PARANÁ.

PROTOCOLADO
Cartório Cível e Anexos
Santo Antônio da Platina
Em 05/03/2001 às 14:00h

LEVAER COMÉRCIO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA. (CNPJ.
nº 69.072.478/0001-23 - Inscrição Estadual nº 114.195.592.117), sediada à Rua Tobias
Barreto nº 238, bairro da Mooca, na Capital do Estado de São Paulo, por seu procurador
que esta subscreve, com fulcro no artigo 1º e 11 da Dec. lei nº 7661, de 21 de junho de
1945, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Excia., promover

PEDIDO DE FALÊNCIA
de VEÍCULOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS PLATINENSE "VEMAPLA" S/A. (CNPJ.
sob nº 81.157.091/0001-75), pessoa jurídica de direito privado, sediada à Rua Rui
Barbosa nº 1218, na cidade de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná, pelos
seguintes motivos de fato e de direito:-

1º. Em virtude da compra de 07 veículos automotores que nunca foram entregues
pela requerida-devedora, a requerente-compradora tornou-se credora da importância
de R\$=87.300,00=, segundo comprova a inclusa CONFISSÃO DE DÍVIDA devidamente
protestada, com fulcro no artigo 10 do Dec. lei nº 7661/45, no Cartório de Protesto de
Letras e Títulos desta Comarca, a qual deve, a partir do seu vencimento (22/09/1998),
ser corrigida e acrescida dos juros legais de 0,5% (*ut. art. 1.062 do Código Civil*), o que
perfaz atualmente o importe de R\$=123.746,76= (Cento e Vinte e Três Mil, Setecentos e
Quarenta e Seis Reais e Setenta e Seis Centavos), válido até 31/08/2001.

2º. Urge frisar que esse título de crédito é líquido certo e exigível, pois há crivo de
V. Acórdão transitado em julgado proferido pelo Egr. Tribunal de Alçada Civil do
Estado do Paraná e que manteve, logicamente, a brilhante r. sentença proferida por

Oswaldo Pereira
ADVOGADO
OAB-SP nº 8.705

Oswaldo José Pereira
ADVOGADO
OAB-SP nº 90.289

3
9

esse MM. JUÍZO que julgou improcedentes a ação declaratória (Proc. nº 467/98) e a medida cautelar de sustação de protesto (Proc. nº 450/98).

3º. Dentro desse indubitado contexto, como não houve o pagamento da referida dívida, obrigação líquida, certa e exigível, constante do título executivo extrajudicial devidamente protestado, caracterizado está a hipótese prevista no art. 1º da Lei Falimentar, legitimando o presente pedido de falência da requerida.

4º. Isto posto, é o presente para requerer à V. Excia., pela ordem o seguinte:-

a) A expedição do competente mandado de citação da firma requerida, na pessoa de seu representante legal, para elidir o presente pedido, venha a depositar judicialmente, em 24:00 horas, o principal (R\$123.746,76) a ser devidamente corrigido a partir de 01/09/2001 e acrescidos de juros de mora de 0,5% ao mês, **mais** as custas processuais, guia de Oficial de Justiça, despesas de protesto, já atualizadas a partir do desembolso feito pela requerente e honorários advocatícios a serem arbitrados pelo Ínclito Julgador, tudo na forma da Súmula nº 29 do Egr. Superior Tribunal de Justiça:

**"No pagamento em juízo para elidir falência,
são devidos correção monetária, juros e honorários de advogado".**

b) Ou, em igual prazo (24:00 horas) apresentar a sua defesa, mediante o depósito judicial, tendo por objeto toda a somatória explicitada acima, sob pena de, não o fazendo, ser decretada a sua falência da requerida nos termos do § 2º do artigo 11 da Dec. lei nº 7661/45

c) Requer, finalmente, a aplicação do art. 172, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil, ao mandado citatório.

Termos em que, dando-se a causa o valor de R\$123.746,76=, e acompanhando o presente pedido de falência, os seguintes documentos indispensáveis:

- xerox autenticadas do contrato social última alteração contratual da "LEVAER";
- certidão simplificada da Junta Comercial da "VEMAPLA", onde constam os seus representantes legais;
- a confissão de dívida e seu respectivo instrumento de protesto;
- cálculo computadorizado que atualizou monetariamente o valor da confissão de dívida (R\$=87.300,00) a partir de seu vencimento (22/09/1998), acrescido de juros legais de 0,5% ao mês, o que perfaz o importe de R\$123.746,76= para Agosto/2001.
- xerox do V. Acórdão e da r. sentença que julgaram improcedentes a medida cautelar de protesto e ação de anulação desse referido título executivo.

Oswaldo Pereira
ADVOGADO
OAB-SP nº 8.705

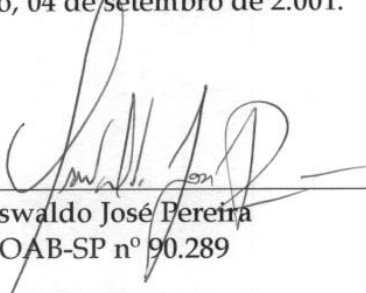
Oswaldo José Pereira
ADVOGADO
OAB-SP nº 90.289

4
9

Pede deferimento.

São Paulo, 04 de Setembro de 2.001.

P.P.


Oswaldo José Pereira
OAB-SP nº 90.289

EM TEMPO: A medida cautelar de sustação de protesto e a ação declaratória de nulidade de título executivo, estão em fase de execução definitiva dos ônus da sucumbência (*exigindo apenas pagamentos de custas, despesas processuais e honorários advocatícios*), uma vez que o V. Acórdão anexo transitou em julgado. De outro lado, mister frisar que esses dois processos encontram-se com o patrono da executada "VEMAPLA" há mais de duas semanas, e os autos estão sendo cobrados pelo Cartório desse MM. JUÍZO, razão porque a sentença e o V. Acórdão aqui inclusos, não são xerox autenticadas.

CARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS	Registro N.º <u>229/01</u>
PEDRO CLARO GIOVANNETTI TITULAR	S. A. Platina, <u>05, 09, 01</u>
SÔNIA MARIA RAVAN GIOVANNETTI AUX. JURAMENTADO	Às <u>13:50</u> Horas
NEI DE OLIVEIRA AUX. JURAMENTADO	Depósito de Cr\$ <u>709</u>
S. A. DA PLATINA — PR	DISTRIBUIDOR <u>P</u>

